

25 NOV 1992

Governo pretende reduzir a inflação para 15% ao ano, diz Andrade Vieira

por Cláudia Safatle
de Brasília

"Pela primeira vez há uma proposta séria para combater a inflação. Para os que cobram do governo Itamar Franco um objetivo, eu aviso: o objetivo é esse, o de trazer a taxa de inflação para a casa dos 15% ao ano. Se acham que isso é pouco, então não entendendo mais nada."

Para o ministro da Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo Andrade Vieira, que fez a declaração em entrevista a este jornal, o instrumental para perseguir esse objetivo também já está proposto: é o projeto de reforma fiscal que o governo enviou ao Congresso Nacional. Fora disso, "temos a administração governamental do dia-a-dia".

Na sua pasta, Andrade Vieira alinhou como principal tarefa a implantação do "regime de maior liberdade de importação, para estimular o aumento da produtividade e a competitividade do empresariado nacional". Ele garantiu que o governo seguirá à risca o cronograma de abertura do comércio exterior já estabelecido.

"O que faz uma nação crescer é o aumento da produtividade e a eliminação dos desperdícios. Temos de ter, também, uma política salarial adequada, que aumente o poder aquisitivo dos trabalhadores e, assim, o consumo", disse.

Ele pretende enterrar, também, o modelo de política industrial passado, que, através de uma legislação excessivamente protecionista, nivelou o setor

produtivo por baixo, "pela eliminação das diferenças". Acha que a política de crédito pode ser um bom instrumento para estimular a produtividade.

"A construção civil é um setor que tem uma elevada taxa de desperdício, algo em torno de 30%, e o trabalhador, já sacrificado, paga por esse desperdício. Nós achamos que, nesse caso, o crédito deve ser concedido mais ao consumidor do que ao construtor. Isso implica mudanças nas regras do Sistema Financeiro da Habitação, da Caixa Econômica Federal, e nós estamos avaliando esse assunto", adiantou o ministro.

Do lado dos salários, ele está participando das reuniões dos ministros da área econômica e do Trabalho para definir uma proposta

concreta, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, "para eliminar a quadrimestralidade dos reajustes," que nesse período de taxa de inflação elevada, é extremamente "perversa".

A tendência é o governo optar pelos reajustes bimestrais, pelo menos para as faixas de renda mais baixas, de até 3 salários mínimos, por exemplo.

Para fazer isso, sobretudo no salário mínimo, o governo enfrenta resistências dos governadores dos estados do Norte-Nordeste, que são grandes empregadores de funcionários com salário mínimo.

"Estamos discutindo, também, a regionalização

do salário mínimo", disse o ministro, apontando esta como uma forma de contornar eventuais problemas para as folhas de pagamento dos estados mais pobres.

"Hoje não basta o ministro achar que isso é bom. Temos que convencer a sociedade que isso é bom", assinalou, salientando que considera bastante "saúdável" que a prática das decisões vindas de cima para baixo não consta dos hábitos dessa gestão.

A política industrial do governo Itamar Franco, na concepção do ministro da Indústria e Comércio, pode ser resumida em poucas palavras: "Dar condições de competitividade para a indústria nacional". O fórum para essa discussão, segundo ele, é "a câmara setorial".

Não cabe ao governo, segundo ele, interferir em questões como fusão ou incorporação de empresas onde a demanda se encolheu, ou alinhar modelos que este ou aquele setor devam seguir. "Isso é um problema para o mercado resolver. Da mesma maneira que eu acho que o governo não tem que fazer uma reforma do sistema financeiro (que está prevista no artigo 192 da constituição). Os bancos que façam suas reformas. Cabe ao governo é gerenciar a política monetária e as contas do Tesouro Nacional". Para o ministro, não caberia ao governo nem ter bancos estaduais. "Eu acho que esses bancos deveriam acabar", disse ele.